

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 475.963 - SC (2018/0283167-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RENATO MORENO DOS SANTOS - PR050060
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ILTON JOSE WESTENHOFEN

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. SAÍDAS TEMPORÁRIAS. VISITA À FAMÍLIA. ART. 123, INCISO III, DA LEI N.º 7.210/84. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. ORDEM DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ILTON JOSE WESTENHOFEN contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina proferido no Agravo em Execução n.º 0003383-48.2018.8.24.0054.

Consta dos autos que o Juízo da Execução Penal indeferiu o pedido de saída temporária requerido pelo Paciente, sob o fundamento de que, "*estando o apenado cumprindo pena em regime domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica, ausente justificativa para deferimento do pleito*" (fl. 10).

Irresignada, a Defesa ingressou com agravo em execução. O Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (fl. 47):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. RECURSO INTERPOSTO PELO APENADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE SAÍDAS TEMPORÁRIAS. DECISÃO RECORRIDA MANTIDA. REEDUCANDO QUE RECENTEMENTE RECEBEU O BENEFÍCIO DE CUMPRIR A PENA EM REGIME DOMICILIAR COM USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA (ENTRE OUTRAS CONDIÇÕES) ANTE A AUSÊNCIA DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO PARA O CUMPRIMENTO DA PENA EM REGIME SEMIABERTO. ADEMAIS, AGRAVANTE QUE CUMPRE PENA POR DELITOS SEXUAIS CONTRA A ENTEADA E QUE PEDE GENERICAMENTE SAÍDA PARA VISITAR A FAMÍLIA. BENEFÍCIO QUE SE MOSTRA INCOMPATÍVEL, NO MOMENTO, COM OS OBJETIVOS DA PENA (ART. 123, III, DA LEP), O QUE PODE SER REVISTO EM TEMPO OPORTUNO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."

Superior Tribunal de Justiça

Daí a presente impetração, em que se alega que a decisão do Tribunal de Justiça local é manifestamente ilegal, pois inovou na fundamentação para negar o pedido de saída temporária do Paciente, acrescentando nova motivação em relação à decisão do Juízo de primeiro grau que se limitara a consignar que estando em prisão domiciliar, não haveria justificativa para o deferimento do pedido.

Sustenta a Defesa que, *"embora esteja em prisão domiciliar, o Paciente está oficialmente cumprindo pena em regime semiaberto, de maneira que a concessão das saídas temporárias lhe é um direito líquido e certo, desde que preenchidos os seguintes requisitos"* (fl. 7), estabelecidos nos arts. 122 e 123 da Lei de Execução Penal (LEP).

Afirma que *"é preciso destacar que se houvesse vaga em estabelecimento adequado ao cumprimento da pena em regime semiaberto, ao Paciente seria concedido o benefício. Assim, como não há vagas em estabelecimento adequado por culpa exclusiva do Estado, a negativa à saída temporária se torna ainda mais absurda"* (fl. 8).

Requer, liminarmente e no mérito, seja reconhecido o direito do Paciente à saída temporária.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 59-61).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do writ (fls. 88-92).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, ressalto que, no julgamento do recurso de agravo em execução, a matéria é devolvida na sua integralidade ao Tribunal *ad quem*, razão pela qual é descabida a insurgência da Parte Impetrante contra o acréscimo de fundamentos ocorrido no acórdão impugnado para indeferir o pedido de saída temporária.

Em relação à saída temporária para visitar a família, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim consignou (fls. 51-52):

"Como se não bastasse o escoreito entendimento do Juízo da execução penal, já que a tornozeleira impõe restrição natural ao apenado, tem-se que o apenado foi condenado por delito de extrema gravidade encontrando-se em gozo do benefício da prisão domiciliar - situação por si só muito mais benéfica do que o cumprimento da pena em regime fechado.

Como muito bem lembrado pela Procuradoria de Justiça, 'o

Superior Tribunal de Justiça

recluso solicitou o deferimento da saída temporária para 'visitar a família', sem trazer informações do local de visita e sem registrar qual parente pretendia visitar, em desconpasso com o que descreve o art. 124 da LEP. Tal informação é extremamente necessária, porque o reeducando foi condenado por delito sexual contra sua enteada irmã dos seus filhos). Diante disso, é certo que, mesmo se estivesse recluso em estabelecimento prisional, a medida, na forma como requerida, não mereceria provimento'(grifo nosso).

Portanto, além dos argumentos do Juízo a quo deve-se ter em conta, igualmente, as circunstâncias apontadas anteriormente, já que o benefício não é compatível, no momento, com os objetivos da pena (art. 123, III, da LEP), o que pode ser revisto em tempo oportuno pelo Juízo da Execução Penal.

Salienta-se, por oportuno, que o reeducando recém ingressou no benefício da prisão domiciliar (27 de junho de 2018).

Por fim, anote-se que a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina deferindo visitas dos filhos menores ao apenado, foram permitidas no interior do estabelecimento prisional, com o acompanhamento obrigatório da avó dos infantes e, obviamente, sob a vigilância dos agentes carcerários.

Não se está proibindo, por certo, que o apenado deixe de manter contato com membros de sua família, o que deverá ocorrer em sua residência e, no caso dos infantes, sob a supervisão da avó (conforme anterior decisão judicial), com a devida fiscalização pelo juízo da execução penal.

Ante o exposto, conheço do recurso e voto por seu improvimento."

Como se vê, o Tribunal estadual afirmou que o pedido de saída temporária está assentado em informações genéricas – v.g., local de visita e parente que se pretendia visitar –, sem demonstrar o preenchimento das exigências contidas no art. 124, § 1.º, da Lei de Execução Penal

O acórdão impugnado considerou, ainda, que o pouco tempo no regime semiaberto não era suficiente para averiguar a compatibilidade do benefício com o objetivo da pena, em razão de ter sido o Paciente condenado por delito sexual **contra sua enteada (irmã dos seus filhos) que reside com sua família**, ressaltando-se a possibilidade de nova avaliação, em tempo oportuno, pelo Juízo da Execução Penal.

Dispõe o art. 123 da Lei de Execução Penal:

"Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I - comportamento adequado;

II - cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o

Superior Tribunal de Justiça

*condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;
III - compatibilidade do benefício com os objetivos da pena."*

Sabe-se que os benefícios da execução penal são progressivos, e necessitam do preenchimento dos requisitos legais pelo Apenado para a sua readaptação à sociedade.

No caso, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina negou a visita à família, porque ausente o requisito disposto no art. 123, inciso III, da Lei de Execução Penal, acima reproduzido. Desse modo, não há constrangimento ilegal a ser sanado na presente via, especialmente porque foram autorizadas as visitas dos filhos menores ao Paciente, em sua residência, com a supervisão da avó.

Ilustrativamente, destaco o seguinte julgado:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. VISITAS PERIÓDICAS AO LAR. ARTIGO 123, III, DA LEI N.º 7.210/84. DEFERIMENTO PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO.

1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional, e, em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso especial.

2. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. A progressão ao regime semiaberto não traz como consequência automática o deferimento da benesse relativa às visitas periódicas ao lar, necessitando, para tanto, que o apenado satisfaça os requisitos elencados no artigo 123 da Lei n.º 7.210/84. In casu, o Tribunal a quo indeferiu o pleito fundamentadamente, eis que entendeu incompatível a benesse com os objetivos da reprimenda, em atenção ao inciso III do mencionado dispositivo legal.

3. Habeas corpus não conhecido." (HC 302.274/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 19/11/2014; sem grifos no original.)

Além disso, o *"fato de o paciente ter sido beneficiado com a progressão de regime para o semiaberto não obriga a concessão do benefício de visita à família. Cumpre ao juízo das execuções criminais avaliar em cada caso a pertinência e razoabilidade da pretensão, observando os requisitos subjetivos e objetivos do paciente"* (HC 102.773, Rel. Ministra ELLEN GRACIE, DJe 06/08/2010).

Ante o exposto, DENEGO A ORDEM de *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

